

O ensino de história regional e local na educação básica: propostas de problematização da história oficial de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior¹, Paula Marcelle Ferreira Oliveira²

Resumo

Este texto é resultado de uma pesquisa que tem como objeto de estudo o potencial da história local e regional no processo de ensinar e aprender História, bem como uma análise da edição comemorativa em alusão ao centenário de Ituiutaba do *Jornal do Pontal* (Ano VI, Edição 951). A partir destes estudos, o artigo apresenta a proposta de uma sequência de aulas na perspectiva de problematizar a história oficial da cidade de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. Concluiu-se que o trabalho em sala de aula com a história regional e local, ao articular conteúdos e metodologia, considerando as contribuições da teoria da História e valendo-se de múltiplas visões, é capaz de proporcionar aos alunos aprendizagens que desenvolvam a visão crítica, criativa e transformadora.

Palavras-chave

História regional e local. Ensino de História. Imprensa.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor associado da mesma instituição; membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Formação Docente, Saberes e Práticas de Ensino de História e Geografia (GEPEGH/UFU). E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br.

² Mestranda em História na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora da Educação Básica da rede municipal educação de Itumbiara, Goiás, Brasil. E-mail: paula.marcele@yahoo.com.br.

Teaching history of regional and local in basic education: proposals for problems of history official Ituiutaba, State of Minas Gerais, Brazil

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior³, Paula Marcele Ferreira Oliveira⁴

Abstract

This text is the result of research that has as its object of study the potential of local and regional History in the teaching and learning of History and an analysis of the commemorative centennial issue of Ituiutaba of the *Jornal do Pontal* (VI Year, Issue 951 process). From these studies, the paper presents a proposal of a sequence of lessons working in the context of questioning the official story of the city of Ituiutaba, State of Minas Gerais, Brazil. It was concluded that work in the classroom with regional and local History to articulate content and methodology, considering the contributions of the theory of History and drawing on multiple views, it is possible to provide students with learning experiences that develop critical insight, creative and transformative.

Keywords

Regional and local History. Teaching of History. Press.

³ PhD in Education, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; associate professor at the same institution; member of the Research and Studies Group Teacher Training, Knowledge and Teaching Practices of History and Geography (GEPEGH/UFU). E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br.

⁴ Master degree student in History, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; teacher of Basic Education in the municipal education network of Itumbiara, State of Goiás, Brazil. E-mail: paula.marcele@yahoo.com.br.

Introdução

A pesquisa acadêmica em História regional e local ampliou-se, a partir dos anos de 1970, em razão do esgotamento das macroabordagens que enfatizavam as análises mais gerais e não se detinham aos estudos mais particulares que melhor indicavam as diferenças da História recente do país. Tais como o incessante processo migratório, as disparidades socioeconômicas, a concentração de renda, o esvaziamento do meio rural, o crescimento urbano, entre outras realidades que modificaram profundamente a organização espacial brasileira.

Essa modalidade de pesquisa passou a ser valorizada em virtude da possibilidade de fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional e a local tratam das diferenças e da multiplicidade. Proporciona, na dimensão do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a História nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação.

Dessa forma, podemos afirmar que a História regional e local contribui para uma compreensão mais inclusiva da História, de modo a salientar as características e peculiaridades próprias de dada localidade, não a inserindo em teorias ou modelos globalizantes e reducionistas. Porém, é necessário ter certo cuidado, procurar sempre estabelecer relações entre o local e o global, caso contrário, substituir-se-ia um modelo reducionista por outro. A História vista de baixo, ou num contexto micro, pode, muitas vezes, dar conta de aspectos comuns a regiões diversas, o que, de outro modo, seria impossível, pois, na pretensa História globalizante, as diferenças e peculiaridades são diluídas no todo, sendo que, neste modelo, grandes centros econômicos e populacionais são tidos como modelo para toda uma nação composta por pequenos centros.

A História local, no Brasil, ainda é vítima de rejeição junto à historiografia nacional. Isso se deve ao fato de ser, ainda hoje, escrita majoritariamente por amadores ou “não historiadores”, em sua maioria, memorialistas. Não raro, estes autores confundem trajetórias individuais, ascensão social e política, com a História coletiva, criando uma pretensa ideia de progresso. Consideramos imperativo que, no estudo de História regional e local, não se legitime o discurso dominante, muitas vezes, constitutivo da História das regiões. Neste aspecto, é importante ter como meta pensar tais relações de dominação no campo da História regional, não os legitimando, mas, dando enfoque a outros sujeitos que não apenas a elite local.

A partir dessas observações, questionamos: como ensinar História regional e local para estudantes da educação básica, na óptica de integrá-los ao processo histórico? Quais as contribuições para a formação da consciência histórica?

Assim, neste texto, temos como objetivo apresentar e refletir sobre uma proposta de ensinar e aprender História regional e local na intenção de problematizar a História oficial de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. Organizamos o texto em três partes. Na primeira, registramos nosso olhar sobre o cenário e apresentamos a perspectiva metodológica. Na segunda, analisamos as possibilidades de ensinar História regional e local. Na terceira, produzimos e analisamos o potencial de um material didático que tem como objetivo ensinar História regional e local. Por fim, tecemos algumas considerações.

O cenário e a perspectiva metodológica

O cenário é o lugar onde as ações ocorrem, os sujeitos se formam, vivem suas histórias. O contexto social e cultural tem o papel de construir, permitir ou negar. O lugar tem as marcas do homem, formas, tamanhos e limites. Ao entendermos o espaço e o lugar, temos a oportunidade de conhecer os sujeitos que nele residem. De acordo com Carlos (2007), é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões.

Ituiutaba localiza-se no estado de Minas Gerais, mais especificamente, na região do Triângulo Mineiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade, no ano de 2010, era de 97.171 habitantes, e o município possui uma área correspondente a 2.598 km².

A cidade tem passado por uma fase de grandes transformações e reestruturação urbana, consolidando, cada vez mais, o status de cidade média⁵. Essas transformações são evidenciadas a partir dos anos 1950 e 1960, momento em que a cidade recebeu uma grande variação de indústrias, como Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A (MISSA); Grupo João Lira com a usina de álcool (Triálcool); e a Nestlé. No ano de 2010 é possível verificar diversas redes de setor industrial, como Syngenta Seeds, Bp América, Canto de Minas, entre outras, atendendo a vários setores nas regiões do Triângulo Mineiro.

Essas transformações se manifestam de diversas formas, por exemplo: realização de obras de infraestrutura urbana, construção de conjuntos habitacionais, implantação de novas

⁵ De acordo com Souza (2009), não há um consenso definitivo sobre essa categoria de cidade. Ela muda de acordo com o tempo e com o espaço. No Brasil, em 1970, eram consideradas cidades médias aquelas com população entre 50.000 e 250.000 habitantes. Em 2010, para o IBGE, cidades médias são aquelas em que a população está entre 100.000 e 500.000 pessoas.

empresas comerciais, prestação de serviços. Ituiutaba conta com 66 bairros, destaca-se no cenário regional como uma das cidades que mais conseguiu investimentos na habitação nos últimos anos, sobretudo, no programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida. Foram 1.600 casas e apartamentos construídos e já entregues, e ainda está assegurada a construção de mais 2.800 casas pelo mesmo programa.

No que se refere à educação básica, o ensino é oferecido pelas redes municipal, estadual, federal e privada. São 38 escolas de ensino fundamental, 10 de ensino médio e 32 do pré-escolar. Quanto ao ensino superior, a cidade conta com 3 instituições de ensino privado: Faculdade do Triângulo Mineiro (FTM); Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), de ensino Semi-Presencial-Conectado; a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); e apenas uma de ensino federal, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). No ensino tecnológico profissionalizante, existem 2 instituições: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). E a primeira instituição de ensino federal, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que oferece cursos vinculados ao ensino médio, como também ao ensino superior, como: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ensino presencial) e Licenciatura em Computação (ensino à distância), dentre outros.

Quanto aos investimentos no agronegócio, de acordo com Fonseca e Santos (2011), os mais expressivos estão relacionados à implantação de agroindústrias canavieiras, fato que tem se generalizado em todo o Triângulo Mineiro. Em Ituiutaba, a expansão da cana-de-açúcar no campo se intensificou a partir do final de 1990, reflexo de um cenário mundial que passou a privilegiar formas alternativas de produção de energia, com o intuito de minimizar a dependência da economia em relação ao petróleo.

De acordo com os autores, esse fato tem gerado, cada vez mais, a substituição de áreas de cultivo de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, dentre outros, que são a base da alimentação do povo brasileiro, por canaviais. Os autores alertam para esta questão, pois ameaça a soberania alimentar. Além disso, áreas de pastagens e lavouras, como as de milho e soja, são substituídas pela cana-de-açúcar, o que tem resultado na queda do número de empregos que mantêm o trabalhador residente nas áreas rurais. O que leva a um acentuado êxodo rural, pois as famílias migram para as cidades em busca do sustento dos familiares. De acordo com o IBGE, em 2010, 28.162 famílias viviam no meio urbano e apenas 1.189 residiam no meio rural.

Outra característica que marca o cenário é a vinda expressiva de migrantes de outras regiões do país. Segundo o Censo de 2010, a população residente por lugar de nascimento

registra os seguintes números: da Região Sudeste corresponde a 82.779 pessoas; Região Norte é de 233; Região Nordeste, 9.843; Região Sul, 244; Região Centro-Oeste, 3.699 indivíduos. Imigrantes de outros países correspondem a 109 pessoas. Mesmo com o crescimento da cidade, ainda falta emprego para boa parte da população, principalmente, para os jovens.

No primeiro momento, enfatizamos as transformações positivas pelas quais a cidade de Ituiutaba passou nos últimos anos, porém, não podemos ignorar que o fenômeno urbano, em uma sociedade capitalista, aprofunda as desigualdades. Como esclarece Carlos (2007), a sociedade urbana é caracterizada por espaços integrados e desintegrados, ou seja, por um desenvolvimento desigual, que produz nova periferia de miseráveis e coloca em xeque a “paz social”, necessária à reprodução continuada do capital. Tais questões são visíveis na cidade de Ituiutaba. Se, por um lado, a cidade se desenvolve, “cresce”, por outro, é possível verificar o desemprego, a miséria, as drogas, etc.

No intuito de compreender como a imprensa local interfere e reforça determinadas memórias em detrimento de outras, empreendemos um estudo na edição comemorativa do centenário de Ituiutaba, presente no *Jornal do Pontal* (Ano VI, Edição 951), dando enfoque para algumas manchetes, assim como para a construção dos sujeitos e a memória coletiva presentes nas matérias.

Lembramos que os jornais, assim como outras fontes, não são passíveis de uma verdade absoluta e neutra, mas, uma produção da subjetividade do sujeito ou grupo que os produziu, e das características de seu momento histórico. Eles atuam:

No fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc.; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Portanto, são produtores da hegemonia social, construindo a memória e a história coletiva, criam valores e comportamentos, agem como prática constituinte da realidade social, modelam formas de pensar e agir. O jornal analisado (*Jornal do Pontal*) foi criado em 1995, pelo empresário Eduardo da Silva Maia, que, anteriormente, trabalhava em outro jornal da cidade. Porém, tinha pretensões de fundar seu próprio jornal com um caráter que atendesse de modo mais “dinâmico e inovador” às cidades próximas (*Os meios de Comunicação de Massa*

em Ituiutaba, 2001). A primeira edição do jornal aconteceu no dia 15 de outubro de 1995, e suas impressões eram em formato de tabloide em caráter semanal. Em pouco tempo, o jornal passou a ser publicado duas e três vezes por semana e a atender a 12 municípios. Segundo a revista *Os meios de Comunicação de Massa em Ituiutaba* (Ituiutaba, 2001), também lançada em decorrência do centenário da cidade, no momento da publicação da edição especial do centenário (15 e 16 de setembro de 2001), o jornal era um periódico informativo e noticioso, sendo impresso em *off-set*, formato *standart*, papel resma, com tiragem superior a dois mil exemplares por dia.

A edição em questão conta com diversas páginas coloridas devido à comemoração da efeméride. Cabe salientar que o título do jornal – *Jornal do Pontal* – se pretende fazer portavoz da sociedade civil e articulador das questões regionais. Quanto ao subtítulo – *Um diário a serviço da região* –, reforça de modo claro tal intenção. Na edição trabalhada, é notório o envolvimento político do jornal em relação à gestão (2001) da prefeitura, uma vez que, na coluna social e em diversas outras manchetes, é enfatizada a vida “próspera” e as obras públicas que, segundo o jornal, são de importância ímpar, realizadas pelo então prefeito.

O diferencial da edição comemorativa do centenário do *Jornal do Pontal* é que esta, distinta de outras edições diárias do mesmo diário, tem a intenção mais explícita de produzir ou reforçar dadas memórias. A segunda página do jornal, com impressão a cores, é toda dedicada a uma matéria sobre a vida e patrimônio da família Baduy, com enfoque especial a Antônio Baduy, fundador do patrimônio da família. A matéria é intitulada *BADUY Uma trajetória que se confunde com a história de Ituiutaba*. Percebemos no diário, em especial nessa reportagem, um envolvimento expressivo com as “grandes” famílias da cidade, pois elas têm vários espaços dedicados no jornal. A matéria sobre Antônio Baduy ocupa toda a segunda página do jornal, sendo colorida e possuindo diversas imagens e fotos que reforçam seu caráter empreendedor e progressista.

Na matéria em questão, constrói-se um cidadão ideal que é empreendedor, bandeirante do setor industrial, exemplo a ser seguido, pioneiro e inovador social, pai amoroso, herói da história de desenvolvimento tijucano e homem à frente do seu tempo. A imagem de Antônio Baduy é a do homem ideal, do “exemplo a ser seguido”; sua índole, segundo o autor (que não se identifica), é ilibada em todos os aspectos, no âmbito familiar, como pai amoroso; no âmbito social, preconizando o décimo terceiro salário, beneficiando seus empregados; e também no âmbito político e econômico, elevando Ituiutaba a um pretense caráter de progresso linear. A história de Ituiutaba é marcada, segundo a matéria, pelo antes e o depois de Antônio Baduy, sendo que, com sua morte, seus filhos eminentes continuam de modo

benfazejo seu legado. Porém, a cidade necessita de mais homens progressistas e com uma visão empreendedora, tal como Antônio Baduy, pois, com sua morte, o progresso estagnou-se.

A construção da imagem de Antônio Baduy como bandeirante do progresso de Ituiutaba e como exemplo a ser seguido é explícita. A família Baduy possui vasto patrimônio em diversos setores da cidade no momento da comemoração do centenário e, por consequência, investe em propagandas no jornal, que circula também em outras cidades do Pontal. A idealização do cidadão baseado em membros de famílias eminentes é algo corriqueiro no jornal, sendo que diversas outras famílias são abordadas em outras matérias. Cabe salientar que tal construção não é inocente, mas, uma disputa no campo da memória que se dá por meio de relações de dominação e subordinação, e que o silenciamento, omissão ou construção das classes populares não quer dizer que elas são passivas ou manipuláveis.

Ao recorrer à análise do Jornal, consideramos o alerta de Cruz e Peixoto (2007, p. 258), que enfatizam a importância de:

Entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Dessa forma, percebemos que os jornais não são fontes de expressões de realidades passadas e presentes, mas constituintes da realidade social, que modela formas de pensar e agir e define papéis sociais.

Na elaboração do material didático que tem como proposta problematizar a história oficial da cidade de Ituiutaba, ou seja, instigar outros olhares sobre a História, romper com a “história única”, buscamos inspiração na didática da História. De acordo com Cardoso (2008), as investigações, nesta proposta, têm relação direta com o discurso de um profissional da cultura histórica sobre uma mesma cultura. Considera os conteúdos trabalhados na sala de aula. Parte do princípio de que o que acontece na sala de aula é parte de um todo mais amplo que engloba as elaborações da História sem forma científica.

Possibilidades da história regional e local na sala de aula

Para Bittencourt (2004, p. 165), “a associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história

individual a uma história coletiva”. Assim, a possibilidade de dar significado ao saber aprendido é maior, uma vez que o aluno se sentirá parte integrante do processo histórico, pois, estabelece relação de suas práticas e experiências cotidianas em conjunto às nacionais ou globais, estipulando semelhanças e diferenças. É importante ressaltar que a História local, muitas vezes, escrita por indivíduos que não possuem formação em História, é criadora mais de memórias do que de História.

É necessário adotar uma metodologia adequada no trato das fontes, assim como clareza quanto ao enfoque dado, pois, as narrativas memorialísticas, por vezes, reproduzem as relações de poder local, salientando datas e nomes de “grandes” personagens e, por vezes, criam a ideia de progresso e lugar de memória.

É possível, assim, constatar que os “lugares de memória” procuram determinar de dada forma o passado, podendo este não ser de aceitação ou consenso geral, selecionando os sujeitos e os “fatos” a serem apresentados, assim como as formas o são. As intenções implícitas podem ser alcançadas, se uma análise crítica a tais “objetos” for feita. Em comemorações de efemérides divulgadas em jornais, cartilhas, revistas e livros de memorialistas, podemos notar, de modo claro, a construção dos sujeitos, assim como é construída a posição social à qual são relegados.

O ensino de história local, por vezes, reproduz e reforça tais construções, pois, a produção crítica de uma História local feita por historiadores é, não raro, pequena, e o material escolar sobre tal temática é escasso, fazendo com que o professor recorra a tais meios. A utilização de tais fontes pode ser explorada, se trabalhada de modo a não reforçar preconceitos e estereótipos, pois são de uso cotidiano e podem estabelecer um elo significativo entre o sujeito e o processo histórico, ou seja, podem aproximar e inserir o aluno no processo histórico.

Ao trabalhar com a história regional e a local devemos possuir o cuidado de não as inserir apenas em alguns momentos considerados significativos na história nacional. Um dos caminhos é o trabalho com os documentos históricos escritos e visuais que possam evidenciar os diferentes sujeitos históricos e perceber os projetos em conflito nos diferentes períodos históricos. É um procedimento que “constrói” a História da região e, ao mesmo tempo, estimula diferentes habilidades nos estudantes, como ler mapas e localizar os espaços estudados.

Segundo Bittencourt (2004), o trabalho com História local possibilita aos alunos se expressarem em diferentes linguagens, como a escrita, a oral e a visual. Permite a comparação da experiência histórica em diferentes épocas e diferentes espaços, além de possibilitar a

relação entre elas. São atividades que incentivam a expressão oral e artística, bem como o desenvolvimento de múltiplas habilidades cognitivas, estimulando a observação, a comparação, a formulação de hipóteses, a interpretação, a argumentação, a análise, a síntese, a investigação, a criatividade, a autonomia no processo de aprendizagem, incentivando a pesquisa.

É importante estarmos atentos para não trabalhar a História local na perspectiva simplesmente de reproduzir a História do poder local e das classes dominantes. É possível identificar o enfoque e a abordagem de uma História local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas. Sendo assim, contribui com a configuração identitária dos alunos.

Ainda de acordo com Bittencourt, um cuidado que se deve ter com o estudo da História local é a identificação do conceito de espaço. Refletir sobre esse conceito é imprescindível para os estudos da História da região ou da História local e se apresenta como possibilidade de estudo interdisciplinar com a Geografia. Nesse sentido, um dos conceitos fundamentais trabalhados é o de lugar. Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos que o compõem e de suas funções. Só pode ser compreendido dialeticamente, levando-se em conta as relações de produção nele estabelecidas e sendo concebido como uma produção histórica.

A História do lugar, como objeto de estudo, ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se propor conteúdos escolares da História local, de entendê-los apenas na História do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”.

No processo de ensinar e aprender História na educação básica é preciso considerar que o conhecimento escolar é amparado por quatro campos principais, sendo: 1) os conhecimentos da disciplina; 2) os problemas contemporâneos; 3) as concepções dos alunos; 4) os interesses dos alunos, não havendo forçosamente prioridade entre eles (SEFFNER, 2000). Em sala de aula, muitas vezes, o foco é dado ao conhecimento da disciplina, ou seja, ao conteúdo, negligenciando os demais. É relevante integrar todos os campos, de modo a desenvolver o espírito crítico e a visão de mundo dos alunos. Tais campos vão de encontro com a “educação bancária”, criticada por Freire (1997). De acordo com o autor, a narração, de que o educador é sujeito, conduz a memorização mecânica do conteúdo narrado. A narração por si só transforma os estudantes em “vasilhas” a serem “enchidas”.

Segundo Seffner (2000), o docente tem que tomar certos cuidados ao definir a teoria de trabalho no campo do ensino de História, uma vez que pode confundi-la com posicionamento político. É importante que um professor tenha uma sólida opinião e engajamento político, porém, trazê-la sem a devida crítica para o ensino, reproduzindo-a e estabelecendo marcos, nomes e maniqueísmos, diminui o conhecimento histórico, pois, o professor de História tem a função de enfatizar o caráter do processo histórico, assim como o de verdade histórica, e não apenas naturalizar os personagens e as versões oficiais, ou as que mais lhe convenham, mas, enfatizar os jogos de poder e o esquecimento imbuídos na História “oficial”.

Ensinar História não é tão somente “passar” o conteúdo, mas enfatizar elementos da teoria e metodologia, não com a pretensão de transformar o aluno em um “mini historiador”, mas possibilitar condições para que ele possa interpretar o processo de construção/reconstrução do passado, atuando ativamente, e possuindo a consciência de que a produção do conhecimento histórico está sujeita a (re)interpretações. Porém, certos cuidados devem ser tomados para que a disciplina não caia num relativismo total, assim argumenta Seffner:

Pensando definições operacionais, visando à escola e à aula de História, verificamos que teoria diz respeito à capacidade de conceituação, de nomeação de uma dada situação, de reconhecimento de que cada situação histórica é uma possibilidade que “aconteceu”, frente a outras, que poderiam “ter acontecido”, mas “não aconteceram”. Esse “aconteceu” precisa ser entendido no sentido de “foi construído”, e não como fatalidade ou desígnio divino (2000, p. 261).

Portanto, as possibilidades ante o fato histórico instigam o aluno a procurar alternativas para resolver dada situação, assim como influenciam a colaboração dos sujeitos em trabalhos em grupos. O “acontecer” de dado fato ou momento histórico, se enfatizadas a construção e a intencionalidade dos sujeitos que o escreveram e também a não inocente seleção deste para o programa de ensino, propicia a percepção de que a “História não recupera o passado, mas constrói o passado, a partir de preocupações do presente, com evidentes reflexos nos projetos do futuro, tanto de um país quanto de cada indivíduo” (SEFFNER, 2000, p. 262).

O currículo não é inocente; a seleção do conteúdo a ser ensinado está imbuída de significados, assim como a omissão daqueles conteúdos que não aparecem. É importante que o aluno tenha consciência de que as formas que se efetivaram são tão importantes de serem

estudadas quanto as que não foram. O uso de documentos em sala de aula, em especial, os da mídia, proporciona a problematização dessas questões, uma vez que os embates pela memória hegemônica ou “oficial” se dão fortemente nestes espaços, e é (a mídia) do contato diário dos alunos.

O professor de História, se munido dos conceitos das demais ciências humanas, pode amenizar essa concepção de verdade pura e acabada. A utilização da metodologia está vinculada aos métodos próprios da investigação histórica, que garantem uma “objetividade” ao trabalho do historiador, com os quais os alunos devem ter contato, pois compreenderão que o conhecimento histórico é uma construção social que está sujeita a mudanças, assim como constante (re)significação. Se o passado é apresentado de forma pronta e acabada, em uma versão oficial que não abre brechas para discussão, cria-se uma pedagogia com relação ao presente (SEFFNER, 2000). Em cidades pequenas que, via de regra, não possuem obras historiográficas que problematizam sua História, essa pedagogia é constantemente criada e difundida por grandes sujeitos ou famílias detentoras de posses, naturalizando os lugares sociais, omitindo os conflitos e construindo heróis locais.

Ao ensinar História, é importante que o professor instigue a capacidade do aluno de interrogar sua própria historicidade, sociedade, família, a construção de sua identidade, assim como a pretensão de “uma” identidade nacional e os diferentes discursos com os quais tem contato. Possibilitar ao aluno uma reflexão e crítica histórica do mundo em que vive, assim como criar modos para que idealize futuros deveria ser um dos objetivos do professor ao ensinar História. Isso significa trabalhar na orientação temporal, na formação da consciência histórica.

A ênfase no processo histórico e na desconstrução de uma verdade histórica absoluta pode, segundo Seffner (2000), modificar a percepção do aluno sobre o tempo, substituindo uma visão de “presente contínuo”, em que há uma sucessão linear de acontecimentos, tornando-o um ser histórico. Um cuidado especial deve ser tomado, pois se pode cair num relativismo completo. Assim, a teoria e a metodologia próprias do ofício do historiador, o uso de documentos, problemas e conceitos validam o conhecimento histórico.

Proposta de ensinar História local e regional

A partir das reflexões supracitadas propomo-nos construir uma sequência de ensino para os anos finais do ensino fundamental. Segundo Aguiar Júnior (2005), uma sequência de ensino consiste em um conjunto organizado e coerente de atividades, abrangendo certo

número de aulas, com conteúdos relacionados entre si. O autor propõe o planejamento de uma sequência de ensino com quatro categorias de atividades, cada uma com função específica no processo de ensino e de aprendizagem, correspondendo às fases pelas quais passa o sujeito ao interagir com um conhecimento novo.

1. **Problematização inicial:** Essa atividade tem uma função dupla no processo de ensino e de aprendizagem: permitir ao professor identificar os conhecimentos prévios dos alunos acerca do tema que será estudado e sensibilizar os estudantes para o estudo do tema, intelectual e emocionalmente.
2. **Desenvolvimento da narrativa do ensino:** Atividades desse tipo devem apresentar as elaborações da ciência de referência, devidamente reconstruídas no âmbito do saber escolar. Pode-se dizer que é o momento em que os alunos tomam contato com a abordagem teórica que o professor escolheu para o tema, a partir de discursos científicos da disciplina.
3. **Aplicação de novos conhecimentos:** Esse tipo de atividade deve apresentar obstáculos cognitivos para os alunos, de forma que eles necessitem usar as referências teóricas estudadas nas atividades de "desenvolvimento da narrativa". Dessa forma, espera-se que os alunos possam aplicar os conhecimentos para atribuir relações entre o conteúdo e os problemas apresentados, solucionando-os.
4. **Reflexão sobre o que foi aprendido:** Atividade de sistematização e síntese dos conteúdos estudados na sequência de ensino, que tem o objetivo central de promover uma tomada de consciência e formalizar os conhecimentos construídos.

Essas quatro etapas são fundamentais para situar o aluno e o professor no processo de ensino e aprendizagem, assim como para fundamentar o trabalho em sala de aula. A sequência produzida procurou abordar a seguinte temática: “Histórias de Vida, Diversidade Populacional e Migrações no Brasil”. Propomo-nos a discutir a diversidade populacional presente em sala de aula, na escola e na localidade do aluno, em termos sociais, étnico-culturais e de procedência regional.

Para tanto, sugerimos a produção de uma sequência de quatro aulas, privilegiando o desenvolvimento do domínio da leitura e da escrita. Consideramos importante recorrer a fontes da mídia local que possibilitem a problematização dos conceitos diversidade populacional, sujeito histórico e processo histórico.

A fase da problematização é o momento em que o professor terá acesso aos saberes dos estudantes sobre a temática. Lembramos que as crianças e jovens formam, desde os primeiros anos, nos diferentes espaços de vivência, nas suas interações e práticas sociais cotidianas, um conjunto de representações para se comunicarem no interior de seus grupos de convivência, o que os auxilia a orientarem-se no seu mundo material e social e a comandá-lo. Essas representações vão sendo adquiridas por meio de outros veículos difusores de cultura, tais como a mídia televisiva e, também, pela própria escola.

Dessa forma, entendemos que os estudantes são sujeitos de saberes, ou seja, portadores de experiência e representações socioculturais. Assim, é fundamental conhecer as representações dos alunos, a fim de torná-las objeto de problematização e reconstrução. Nesse sentido, no início do desenvolvimento da sequência de ensino, nossa proposta consiste em solicitar aos alunos a construção de um quadro, registrando quem são os sujeitos históricos. O quadro pode ser feito utilizando gravuras, desenhos ou mesmo escrito. Depois da construção do quadro, cada grupo apresentaria o quadro elaborado, explicando a escolha dos sujeitos históricos. Nossa hipótese é que os estudantes, nessa oportunidade, possam priorizar a imagem dos “grandes heróis”, desconsiderando outros sujeitos da História.

Feita a problematização, partiríamos para a segunda fase da sequência de ensino, que consiste no desenvolvimento da narrativa. Lembramos que, nessa etapa, é fundamental apresentar as elaborações da ciência de referência, devidamente reconstruídas no âmbito do saber escolar. Defendemos recorrer a uma aula expositiva dialogada, construindo uma narrativa histórica que seduza as crianças, que dialogue com suas diferentes realidades. É uma ocasião em que é fundamental apresentar alguns conceitos históricos, como, por exemplo, o de sujeito histórico. O uso de analogias, ao longo da narrativa histórica, pode contribuir para que as crianças compreendam a proposta da aula.

Concordamos com Rusen (2007), ao afirmar que a narração é a forma linguística dentro da qual a consciência histórica realiza sua função de orientação. Para o autor, a competência narrativa pode definir-se como habilidade da consciência humana para levar adiante procedimentos que dão sentido ao passado, fazendo uma efetiva orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realidade passada.

Além da aula expositiva dialogada, a atividade da leitura é fundamental. Defendemos o exercício da leitura metódica. Segundo Guido (2008), para todos os tipos de exercícios escolares, a leitura é imprescindível. Independente do tipo de texto é preciso disciplina durante a leitura. Nos anos finais do ensino fundamental, é inadmissível a leitura desordenada. O trabalho com o texto implica duas fases interligadas: a primeira fase consiste, efetivamente,

no exercício de leitura; a segunda é a oportunidade de incorporação de novos conhecimentos trazidos pela leitura aos saberes anteriores que foram motivadores desta leitura. Segundo o autor, todo texto deve ser lido ao menos três vezes. Não se trata de repetir o mesmo expediente à exaustão, tornando o ato da leitura uma atividade enfadonha e repetitiva. Cada uma das etapas do trabalho individual tem em vista os momentos sucessivos de apropriação do conteúdo do texto. As três fases da leitura metódica são denominadas leitura exploratória; leitura estrutural e leitura interpretativa.

Segundo Guido (2008), a leitura exploratória é a ocasião em que o estudante deve se ater ao vocabulário; a leitura deve ser interrompida sempre que o uso do dicionário ou de uma boa enciclopédia se fizer necessário. Uma palavra desconhecida, uma data importante que ainda é ignorada, o nome de um personagem estranho – histórico ou literário -, a referência a um lugar desconhecido, tudo isso pode impedir o bom aproveitamento do texto. A finalização da leitura exploratória deve proporcionar o completo conhecimento do vocabulário empregado pelo autor que escreveu o texto, nenhuma palavra pode ficar desconhecida aos olhos dos alunos. Na leitura estrutural é importante decodificar as palavras empregadas pelo autor para encontrar ideias, os pensamentos, os raciocínios a respeito de determinado assunto suscitado por um problema que inquietou o autor e o levou a escrever, na tentativa de encontrar a solução para tal problema, ou simplesmente compartilhar suas inquietações.

Além das palavras, o texto possui uma estrutura racional, que delimita as partes que o constituíram. Normalmente, estas partes são designadas por: introdução, desenvolvimento e considerações finais. Finalmente, a leitura interpretativa, que deve oferecer ao aluno a compreensão do texto sob a óptica da sua estrutura, isto é, em conformidade com o pensamento do autor; interpretar não é colocar as ideias espontâneas de quem lê em primeiro lugar, utilizando a mensagem do autor de maneira arbitrária, sem considerar os motivos que o levaram a escrever o texto. A leitura interpretativa é o início do diálogo proveitoso entre o autor e o leitor.

Assim, propomos a leitura metódica do texto retirado das Orientações Curriculares do ensino de História:

Tema: Sujeito histórico

Ao estudar e viver a história, é fundamental perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla e indagar qual o lugar que o indivíduo ocupa na trama da História e como são construídas as identidades pessoais e as sociais, em dimensão temporal. Os sujeitos históricos, que se configuram na inter-relação complexa, duradoura e contraditória das identidades sociais e pessoais, são os verdadeiros construtores da História. Assim, é necessário acentuar que a trama da

História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas consequência das construções conscientes ou inconscientes, paulatinas e imperceptíveis, de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos. Conceber a História como resultado da ação de sujeitos históricos significa não atribuir o desenrolar do processo como vontade de instituições, tais como o Estado, os países, a escola. É perceber também que a trama histórica não se localiza nas ações individuais, mas no embate das relações sociais no tempo. Dessa forma, podemos compreender que todos nós, homens, mulheres e crianças, fazemos parte da história e somos sujeitos da história. De forma coletiva, não individual, podemos transformar a história. Transformar o mundo em lugar melhor para se viver. (BRASIL, 2006, p. 75).

Depois de realizada a primeira leitura, pedir para os estudantes registrarem os termos desconhecidos. Com a segunda leitura, solicitar que identifiquem a ideia central do texto. Por fim, fundamentados no texto, procurar responder à seguinte questão: Podemos transformar a História sozinhos, ou de forma coletiva?

Na fase de aplicação de novos conhecimentos, que deve ser composta de atividades que apresentem obstáculos cognitivos para os alunos, de forma que eles necessitem usar as referências teóricas estudadas nas atividades de “desenvolvimento da narrativa”, sugerimos a análise das seguintes reportagens: *BADUY Uma trajetória que se confunde com a história de Ituiutaba* (Figura 1) e *O boêmio José Abadio, uma das figuras populares de Ituiutaba* (Figura 2), presentes na edição comemorativa do centenário de Ituiutaba.

Figura 1 – BADUY Uma trajetória que se confunde com a história de Ituiutaba (2001)



Fonte: Jornal do Pontal, setembro de 2001.

A matéria destacada na Figura 1 faz parte da coluna social intitulada *Ituiutaba 100 anos: estamos comemorando o centenário de Ituiutaba*. O colunista a descreve da seguinte forma:

Apoio, partilhas, mãos unidas, solidariedade, desenvolvimento, trabalho para construção da verdadeira cidadania e do humanismo transformador no mundo contemporâneo. Assim resgatamos sempre, na história destes 100 anos, valores inerentes ao jeito de ser da nossa gente, desde o carinho, a alegria e a luta dos ituiutabanos pelos seus ideais. Ituiutaba - 100 anos de amor e progresso, na paz de um povo feliz, destino de luz, vitória e sucesso. E para brindar essa data, homenageio através desta coluna, nomes expressivos que contribuem com o desenvolvimento de nossa cidade. (JORNAL DO PONTAL, 2001).

Constatamos na descrição da coluna acima a negação de qualquer conflito e a construção de uma história harmoniosa e de progresso, forjada por meio da solidariedade e da luta intermitente dos sujeitos. Cabe ressaltar que todos os sujeitos homenageados na coluna são figuras “ilustres” que residiram ou são, na época em questão, residentes na cidade. Os demais sujeitos e grupos que constituem a história da cidade são diluídos nessas narrativas seletivas e excludentes, pois, quando aparecem, é de modo pontual ou estereotipado.

O espaço relegado aos populares na edição comemorativa do centenário corresponde a um terço de uma página no final da edição, em preto e branco. Sendo que esta matéria é uma cópia na íntegra de páginas do livro *A loja do Osório* (CHAVES, 1984), porém, sem referência. A matéria é sobre José Abadio, e a construção de sua vida e personalidade destoa consideravelmente da de Antônio Baduy, feita no mesmo jornal, sendo ambos sujeitos de um mesmo período.

José Abadio, que é pobre, negro e, provavelmente, descendente de escravo, é descrito na matéria intitulada *O boêmio José Abadio, uma das figuras populares de Ituiutaba* (Figura 2) como mulato alto, magro, bem trajado, frequentador da esquina do pecado (lugar de socialização e conversas da vida alheia), caminhava com os pés abertos, gingando o corpo de lado, o ombro esquerdo levemente caído e o passo típico de urubu malandro, gostava de prostrar. Foi motorista, freelance, biscateiro e um expert dos singulares em motores de 4 cilindros, na mocidade, foi exímio vaqueiro e bom laçador. Mais na idade madura, evitava trabalhos braçais e, com biscates, obtinha recursos para se manter (JORNAL DO PONTAL, 2001).

Enfim, a imagem de José Abadio é o oposto da de Antônio Baduy. Colocado como uma figura pertencente ao folclore de Ituiutaba (e não ao progresso), sua comparação com a

de um “urubu malandro”, e sua associação com fofocas maliciosas, apesar de evidente talento em diversas profissões, evitava trabalhos braçais, cria uma imagem que não causa inspiração.

Figura 2 - O boêmio José Abadio, uma das figuras populares de Ituiutaba (2001)



Fonte: Jornal do Pontal, setembro de 2001.

A proposta de trabalhar essas reportagens com os estudantes consiste em um exercício de comparação entre as duas manchetes. É importante realizar uma leitura conjunta, em seguida, sugerimos que os estudantes façam a análise das fontes, seguindo o roteiro inspirado na proposta de trabalho metódico com jornais de Cruz e Peixoto (2007):

Ficha de análise

1. Título e subtítulo.
2. Data da publicação.
3. Possui iconografia: fotos, ilustrações, charges, desenhos, gráficos? Descreva.
4. A manchete é a cores?
5. Identifique os principais temas e questões.
6. Qual a construção da temporalidade, a manchete remete ao passado, presente ou futuro?
7. Quais sujeitos sociais aparecem na manchete? Descreva.

Lembramos que o trabalho com os jornais, na sala de aula, exige do professor compreender que esta fonte não é objetiva, nem imparcial. Os jornais não são neutros, por isso, como qualquer fonte deve ser problematizado. Assim explica Seffner:

Um material privilegiado de trabalho na sala de aula de História são os jornais, antigos ou atuais, e quaisquer outros produtos da mídia, de qualquer época histórica. Qualquer um de nós está hoje em dia cercado por apelos e informações divulgados pela mídia, sendo esta a fonte principal de conhecimento de mundo para muitos. Trata-se então de aprender a entender os meios de comunicação, sabendo que eles produzem e reproduzem novos saberes, éticas e estilos de vida. Todas as crianças, adolescentes e educadores devem aprender a interagir com as diversas linguagens expressivas dos meios de comunicação, para que possam criar novas formas de pensar, sentir e atuar no convívio democrático (2000, p. 277).

Assim, o lidar com o jornal em sala de aula propicia a interação crítica do aluno com a fonte e sociedade, para além de exercer sua capacidade de leitura e interpretação de textos e produção de novos conhecimentos. Problematizar o jornal como produto do espaço/tempo, tal como do sujeito que o produziu, e a existência de forças políticas e sociais implicadas, fazem com que o aluno questione o papel dos sujeitos envolvidos, assim como daqueles omitidos. As questões propostas na ficha de análise têm como função principal a desconstrução da manchete, de modo a perceber aspectos relevantes do momento em que foi escrita, dos sujeitos envolvidos, das relações de poder nas entrelinhas, da importância dada ao tema, assim como a construção de temporalidade.

Feita a ficha de análise, sugerimos, na etapa final, “Reflexão sobre o que foi aprendido”, um debate discutindo a construção dos sujeitos presentes na fonte, em comparação àquele feito na primeira etapa, “Problematização inicial”, pelos alunos, proporcionando o questionamento sobre a construção dos sujeitos sociais pela mídia e incorporados ou reproduzidos pela sociedade. Enfim, propomos a construção em grupo de um último quadro com a representação dos diversos sujeitos sociais. Elaborado o quadro, os estudantes devem comparar o primeiro, produzido na fase de problematização, com o segundo, produzido no final da sequência.

Considerações finais

Concordamos com Freire (1996) ao defender a importância do/a professor/a refletir sobre sua prática. O autor enfatiza que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção. Assim, acreditamos que o trabalho na sala de aula com a

História regional e local, articulando conteúdos e metodologia de forma coerente, considerando as contribuições da teoria da História, valendo-se de múltiplas visões, pode proporcionar aos alunos aprendizagens que desenvolvam a visão crítica, criativa e transformadora. Ao ensinar História, é importante que o professor possibilite ao aluno interrogar sobre sua própria historicidade, contribuir para que os estudantes realizem uma reflexão de natureza histórica e auxiliem na construção de um raciocínio de natureza crítica e mobilizadora, que aponte para o futuro, pressuposto fundamental para a vida do homem em sociedade.

Nessa perspectiva, o ensino de História regional e local pode auxiliar no desenvolvimento de três habilidades que devem ser aperfeiçoadas ao longo do ensino fundamental: dominar o raciocínio lógico, a capacidade argumentativa e a competência discursiva. Cabe ao professor de História contribuir no desenvolvimento de tais habilidades.

A primeira habilidade, o raciocínio lógico, pode ser alcançado com as atividades de leitura, tanto do texto escrito quanto de diferentes fontes e linguagens. A capacidade argumentativa, segunda habilidade, está diretamente ligada ao exercício da escrita. As atividades que envolvem o texto escrito atingem os seus propósitos quando levam os alunos e os professores a se posicionarem diante dos problemas que cada disciplina curricular lhes apresenta. De acordo com Guido (2008), na produção textual, é possível ordenar os raciocínios, apresentando-os de maneira coerente, assim, a comunidade escolar estará integrada à comunidade científica. A terceira habilidade, a competência discursiva, não deixa de ser um exercício da Retórica, outra disciplina que sumiu da escola. A Retórica, ou a arte de falar com elegância e veracidade, vai sendo apropriada à medida que a leitura e a escrita passam a fazer parte do cotidiano escolar. O bom uso da linguagem é o coroamento do ciclo básico dos estudos escolares. E também o exercício da prática salutar do diálogo. Este é o desafio!

Referências

AGUIAR JÚNIOR, O. G. **O planejamento de ensino**. Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores, Módulo II. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2005. Disponível em: https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2017/02/Planejamento-do-Ensino_Orlando-Aguiar.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

CARDOSO, O. Para uma definição de didática da história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008. Doi: 10.1590/S0102-01882008000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/yWNB7rzGTsCbG5NhMDJ9VxN/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 15 maio 2021.

FONSECA, R. G.; SANTOS, J. C. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 24-49, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1934>. Acesso em: 15 maio 2021.

FREIRE, P. Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, M. H. S. (org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 61-68.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Ega, 1996.

GUIDO, H. **A arte de aprender: metodologia do trabalho escolar para a Educação Básica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RUSEN, J. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SEFFNER, F. Teoria, metodologia e ensino de história. In: GUAZZELLI, C. A. B. *et al.* **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 257-288.

SOUZA, M. V. M. **Cidades médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16050>. Acesso em: 15 maio 2021.

Submetido em 14 de julho de 2021.

Aprovado em 5 de outubro de 2021.